



# UMA GERAÇÃO PARA MUDAR A MADEIRA

*Agenda Jovem 23: Vencer o Futuro*



JUVENTUDE  
SOCIALISTA

MOÇÃO  
SETORIAL



**JUVENTUDE  
SOCIALISTA**

# INTRODUÇÃO

A Juventude Socialista tem sido, durante toda a sua existência, o maior aliado do Partido Socialista nas suas vitórias. É de suma importância todas as novas ideias que os jovens trazem para a política, porque é deles que parte todas as mudanças de paradigma político que existiram até hoje no Partido Socialista.

Os atuais grandes quadros nacionais tiveram na sua génese a JS e foi lá que cresceram a nível político e pessoal, sempre com o sentimento de missão a cumprir, fazer de Portugal um país melhor!

É importante, mais do que nunca, dar uma verdadeira oportunidade aos jovens. Já lá vai o tempo que apenas serviam para abanar bandeiras e colar cartazes, hoje vemos quadros políticos muito importantes na Juventude Socialista, e estão bem capazes de dar um novo respirar ao Partido Socialista nos diferentes órgãos públicos em que concorrem.

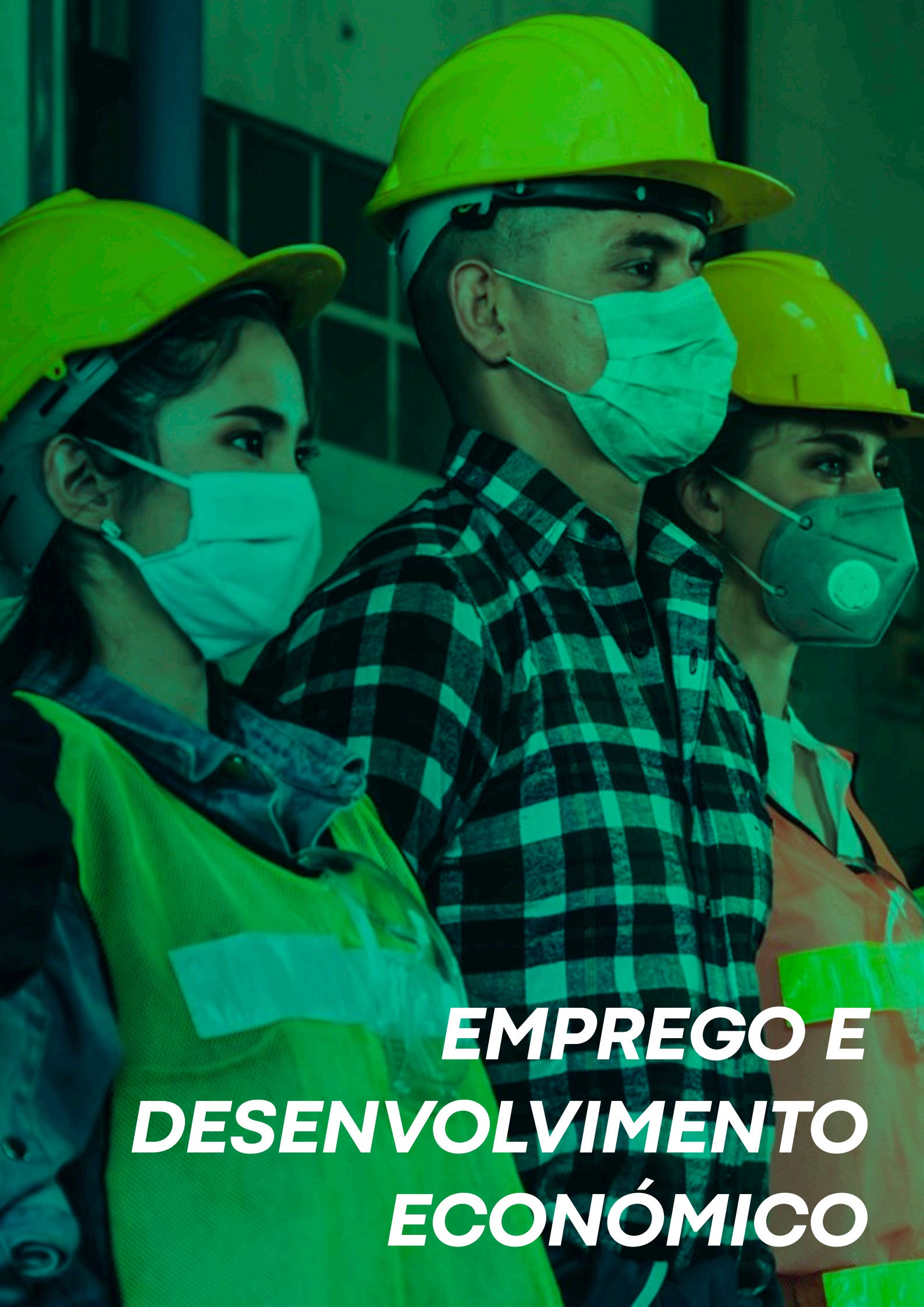
Esta moção foi desenvolvida pelo Gabinete de Estudos Políticos da JS-Madeira, e tem como missão mostrar algumas das linhas orientadoras que nós pretendemos que o PS-Madeira inclua na sua estratégia para as próximas eleições, mas já com a certeza que será dado o devido destaque ao mesmo!

Acreditamos que este será, certamente, o congresso em que será delineada a estratégia para vencer 2023, mas para isso precisamos mais do que nunca de perceber que a JS precisa sempre do PS, mas também que o PS não avança sem a JS, temos de estar todos pelo mesmo e venceremos 2023!

**Manuel Pedro Calaça Vieira**

Presidente da JS-Madeira





***EMPREGO E  
DESENVOLVIMENTO  
ECONÓMICO***

A pandemia da Covid-19 veio demonstrar a todo o mundo, as fragilidades de cada um dos países. Na Europa, quando notávamos um sinal claro de crescimento económico na maioria dos países, dando indícios de um bom prognóstico para o futuro, tivemos a infelicidade de entrar na maior crise sanitária de que há memória nesta era da globalização. E isto não passou ao lado do nosso país, antes pelo contrário, fez agravar muitos dos problemas estruturais do mesmo. Com este flagelo que assombrou o mundo, deparamo-nos com uma mudança dos paradigmas tradicionais dos mais jovens, desde o acesso à habitação às alterações climáticas passando pelas questões do Emprego.

Aliás, como tem vindo a ser discutido nos últimos meses, ainda para mais nas eleições legislativas que culminaram com uma vitória do Partido Socialista com maioria absoluta, este tema do Emprego foi dos mais abordados. Antes, o ponto focava-se na obtenção de um posto de trabalho, hoje o ponto foca-se no salário desse posto de trabalho. E é aqui que a Juventude Socialista tem um papel fundamental. E esse papel prende-se com a forma como devemos melhorar os salários não só dos mais jovens, mas neles fazer ver que ao aumentarmos os salários, conseguiremos melhorar a produtividade do nosso país. Prende-se com a forma como, através de mecanismos públicos, permitiremos que as empresas possam pagar melhores salários aos seus colaboradores. Prende-se com a forma como combatemos o despovoamento do nosso país e como conseguiremos fixar e atrair mais jovens. Entre muitas outras formas de olhar para esta dificuldade, podemos olhar de forma estrutural. E com isto, quer dizer, não basta aumentar o salário por aumentar, como não basta ajudar todas as empresas em aumentá-lo. Tem que haver critério, tem que haver uma adaptação a cada uma das realidades em concreto.

Um dos pontos que nós achamos fundamental para conseguir combater estruturalmente o problema das ilhas, do interior, e do envelhecimento é apoiar as empresas que primam pela contratação de quadros mais jovens, que primam pelo reinvestimento dos seus lucros na empresa, que permitam uma aprendizagem constante dentro da sua empresa através de formações, por exemplo. É essencial que se comece a pensar em novas formas de remunerar os colaboradores nas empresas, que não passe somente pelos aspetos financeiros.

Mas para que isto seja possível, não podemos esquecer que é indispensável que apostemos na formação e qualificação constante ao longo da vida, pois a globalização veio permitir que o mercado seja único e global e que uma pessoa que trabalhe fisicamente na região possa estar a trabalhar para o outro lado do mundo, como são exemplo os nómadas digitais.

Além do emprego mais qualificado e que tem por natureza melhores salários, é essencial que pensemos na sociedade como um todo, e aqui fazer entender que é fundamental valorizar todas as profissões da mesma forma. É essa valorização que tem que ser dada não só pelo setor público, como também pelo setor privado. Formar e qualificar são palavras que são transversais a todas as profissões e são necessárias para que possamos ser mais eficazes e eficientes e se assim o formos temos que ser recompensados por isso.

Ao melhorarmos os empregos, ao dotarmos os recursos humanos de mais valências, ao garantirmos melhores condições aos trabalhadores estamos sim a desenvolver um país, porque o desenvolvimento económico não acontece se não existirem pessoas, e é nelas que está o motor de um país e o motor da mudança estrutural que precisamos para o nosso país.



***MOBILIDADE***

A Juventude Socialista da Madeira, enquanto estrutura autonomista, defende o direito à mobilidade e à continuidade territorial. O cidadão madeirense tem que ser de igual forma tratado, como todos os portugueses – sem discriminações negativas, sem atos desproporcionais. Acastelamos assim, que a Madeira deve ter uma melhor mobilidade terrestre, marítima e aérea que garante a plena ligação interna e externa, benéfica a todos os madeirenses e portossatenses.

Ao nível terrestre, defendemos a gratuitidade dos passes sociais para os jovens até aos 25 anos, bem como para todos os reformados e pensionistas. A criação do passe combinado é, também, uma das nossas prioridades, permitindo uma mobilidade eficaz e acessível em toda a Região. Cada concelho da Madeira deverá ter ligação a todos os outros, seja de forma direta ou com transbordo compatível e as ligações ao Funchal (via expresso), deverão ser mais frequentes a partir dos restantes 9 concelhos da ilha da Madeira. Assim sendo, pretendemos que a utilização dos transportes públicos seja eficiente, no dia a dia das pessoas, quer para quem estude, quer para quem trabalhe. Um meio de transporte mais amigo do ambiente e que permitirá resolver, em boa parte, o descongestionamento constante dos acessos ao Funchal em horas de ponta.

Ao nível aéreo, a Madeira precisa de um novo subsídio de mobilidade aérea que permita aos madeirenses e portossatenses, viagens a preços fixos sem necessitar de adiantamentos. Este subsídio de mobilidade, não serve os interesses da população, desrespeitando severamente o princípio da continuidade territorial, que para além de um direito é um encargo vigorado pela Constituição da República Portuguesa.

O subsídio de mobilidade aérea dos Açores, criado pelo Governo do Partido Socialista, é um exemplo que a Madeira deverá seguir.

Sem tetos máximos, sem adiantamentos e sem liberalização excêntrica da linha aérea entre a Madeira e o Continente.

Ao nível marítimo, defendemos que seja aberto concurso público internacional para a ligação entre a Madeira e o continente português. A Madeira que ano após ano se mantém como a região do país com mais desembarques de navios, continua a não ter qualquer tipo de ligação marítima com Portugal Continental.



***PARTICIPAÇÃO***



## **Cidadania Participativa**

Cada vez mais os cidadãos estão desacreditados da atuação política, o que acarreta maior teor de responsabilidade por parte dos agentes e das estruturas de decisão. Estes deverão promover o princípio da transparência, da prestação de contas e da maior proximidade com os cidadãos. Devemos assim, descentralizar os poderes de contribuição para os cidadãos, permitindo que estes possam participar ativamente nas decisões da Região Autónoma da Madeira. Algumas das medidas que defendemos são:

- Promoção de auditorias anuais independentes a cada organismo governativo ou da administração pública regional, tendo estes resultados uma divulgação pública;
- Discussão no Parlamento madeirense de petições elaboradas por grupos de cidadãos, com a apresentação mínima de 1500 subscrições, desde que respeite todas as normas constitucionais e penais;
- Elaboração de uma sessão de esclarecimento mensal obrigatória, a todos os partidos políticos com assento parlamentar, de forma a prestar contas à população, bem como receber contributos para o trabalho legislativo. Esta deverá ser feita na Assembleia Legislativa da Madeira, sob a orientação / auditoria do presidente ou respetivos vice-presidentes da Assembleia Legislativa da Madeira;

## **Participação na Educação**

A educação constitui um pilar fundamental para uma sociedade bem-sucedida, justa informada e solidária. Por sua vez, as instituições de ensino e profissionais fornecem ferramentas e recursos para a vida atual e futura dos estudantes. Sendo assim, com o intuito de promover uma maior consciencialização política nas camadas jovens portuguesas, com especial atenção aos jovens da Região Autónoma da Madeira, a escola em todos os seus níveis académicos é fulcral que incentive a aplicação das seguintes propostas:

- Reforçar e promover projetos escolares que incentivem a participação política dos estudantes;
- Criação de uma verba para aplicar na instituição de ensino, a critério dos alunos do género "Orçamento Participativo," promovendo a participação dos estudantes na sociedade, particularmente no meio escolar;
- Maior representatividade das Associações de estudantes nos órgãos escolares;
- Uma escola verdadeiramente centrada no aluno deve conceder direito ao voto a todos os estudantes matriculados aquando da eleição do Conselho Executivo.



**EDUCAÇÃO**

As novas realidades sociais, como o desemprego, pobreza e outras carências são o eixo de várias situações precárias, culminando de modo mais negativo, na degradação dos indivíduos. A Educação é a garantia da emancipação dos jovens, independentemente da sua condição financeira. A promoção da literacia nas novas gerações é a resposta para a mobilidade social. Os agentes políticos devem incentivar a criação de políticas públicas educativas, tentando acompanhar sempre o desenvolvimento de todos os alunos, e se possível, a todos os níveis da escolaridade.

A sociedade avança cada vez mais, sendo diversificada e mais competitiva. Cabe às instituições escolares ajustarem os seus processos de ensino-aprendizagem, dado que é através das escolas, que é transmitido o conhecimento, que por sua vez, serão cruciais na formação individual de cada jovem. É absolutamente imprescindível que as administrações escolares disponham de mais autonomia em termos da sua própria gestão. Desta forma, mecanismos como o scenario planning ou análise swot, serão fundamentais para identificar lacunas, vulnerabilidades, oportunidades, e essencialmente, combater flagelos que impedem o crescimento dos discentes, nomeadamente o absentismo e o abandono escolar.

Com efeito, os projetos educativos surgem como instrumentos que pretendem fortalecer a autonomia dos estabelecimentos de ensino, indo ao encontro das necessidades de cada aluno e das suas particularidades, por intermédio de atividades que abrangem toda a comunidade educativa. Assim sendo, a escola é um espaço de inclusão e principalmente, de participação cívica. Na dimensão da educação formal é relevante apostar em novas técnicas pedagógicas, aproveitando os recursos digitais, tal como explorar a flexibilização do currículo, sendo importante os docentes e os conteúdos programáticos lecionados, se aproximem mais da realidade dos jovens, beneficiando o seu desenvolvimento, tal como permitir aos alunos, maior aceitação por parte da sociedade onde se inserem. É igualmente relevante, que as turmas sejam reduzidas para conferir maior estabilidade no processo ativo da educação. Compete ao executivo regional promover medidas eficazes para o progresso da sociedade, uma vez que investir na educação é assegurar o futuro. Posto isto, os manuais escolares gratuitos devem ser totalmente pagos pelo Governo Regional, enquanto condição essencial, na salvaguarda de todos os alunos, impedindo constrangimentos económicos para as famílias madeirenses, na aquisição dos livros.

Importa referir que é necessário reforçar o apoio aos estudantes com necessidades educativas especiais, bem como implementar os cheques-livro para fomentar a leitura nos mais novos, sendo ainda indispensável, fortalecer uma rede de centro de apoio aos alunos nos diferentes concelhos para a aquisição de mais competências, promovendo desta forma, um desempenho mais autónomo, ou seja, autodidata. Um dos maiores objetivos nesta nova visão sobre a Educação regional é assegurar estabilidade ao processo educativo dos discentes. Para preservar a saúde mental dos alunos é crucial aumentar o número de psicólogos nas escolas e, por conseguinte, estes profissionais, elaborarem planos de acompanhamento aos diferentes jovens que frequentem os estabelecimentos educativos regionais.

No âmbito laboral, o aumento da oferta formativa no Ensino Superior da Região Autónoma da Madeira, tal como a aposta na formação profissional para colmatar lacunas existentes nas necessidades de emprego, a criação de uma Futurália regional, isto é, de uma feira de emprego, permite aproximar os alunos de propostas do mercado laboral, e os empregadores conseguirem adquirir recursos humanos qualificados e preparados para os desafios que vão enfrentar.

É com este plano estratégico que os discentes poderão vir a descobrir um sentido na ida à escola, poderão começar a sentir curiosidade e disposição pelos conteúdos programáticos lecionados e gostar da aprendizagem, conseguindo alcançar os níveis de saber indispensáveis para poderem ter sucesso escolar e, futuramente, profissional.



**HABITAÇÃO**

A Habitação é um direito de todos os cidadãos. O acesso à habitação permite aos jovens a sua total emancipação e, conseqüentemente, as novas gerações poderem desenvolver os seus projetos de vida, nomeadamente a constituição de família, promovendo assim, o aumento dos indicadores de natalidade.

Em matéria de políticas públicas de habitação regionais, existem necessidades que precisam de ser reforçadas para proteger os jovens que pretendem adquirir as suas primeiras residências, já que a especulação imobiliária e o difícil acesso aos créditos bancários, impedem por múltiplas ocasiões, o acesso à habitação por parte das novas gerações.

Em virtude destas carências mencionadas, importa rever o programa PRAHABITAR (Programa de Apoio à Aquisição e ao Arrendamento de Habitação), conduzido pelo IHM (Investimentos Habitacionais da Madeira), reforçando o prazo de apoio ao arrendamento, que está estipulado atualmente de 12 meses até 36 meses, para o prazo de 12 até 47 meses, permitindo maiores condições aos jovens que procuram a modalidade de arrendamento, bem como aumentar a verba da modalidade de apoio à aquisição de 10% para 15%. Com a revisão deste programa, os jovens podem usufruir de um grande incentivo para o seu empoderamento e por conseguinte, atingir a sua independência pessoal.

As autarquias também desempenham um papel relevante nas políticas públicas de habitação, sendo que estas podem implementar o IMI jovem, tal como elaborarem a sua Estratégia Local de Habitação, identificando as insuficiências habitacionais e os fogos a serem construídos. Após o desenvolvimento da estratégia local de habitação, os municípios podem concorrer ao programa 1o Direito, atenuando as carências existentes com a criação de habitação social, mas sobretudo de residências a custos controlados.

Com estas medidas, reforçamos a emancipação da juventude e contribuimos para o desenvolvimento regional, pois apostar nos jovens é garantir o futuro da Madeira e do Porto Santo.